

REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: EDUCAÇÃO E ESCOLA¹

Oder José dos Santos²

Resumo

A educação e a escola constituem uma das condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho. Assim, a formação do trabalhador não só é inserida, desde o início, no sistema capitalista de produção como também encarada no mesmo nível de produção de qualquer bem ou serviço. A compreensão desses processos implica considerar a dinâmica dos diferentes padrões de acumulação de capital que presidem o desenvolvimento econômico. Tais padrões determinam os diferentes objetivos a serem alcançados no âmbito da educação e, conseqüentemente, da escola. Nesse sentido, ao se reestruturar, o capitalismo, hoje, foi obrigado a adotar novas formas de gestão empresarial, fundamentando-as no aproveitamento não apenas da competência organizativa dos trabalhadores, mas, sobretudo, na inteligência, iniciativa e capacidade de raciocinar deles no processo de trabalho. Dessa forma, muda-se a problemática da produção, da distribuição do conhecimento e alteram-se os papéis atribuídos à educação e à escola para se adequarem às novas exigências do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo-lutas de classe; novas formas de gestão; educação e escola.

Abstract

Education and school are one of the main conditions for production and reproduction of working-force. In this way, the education of workers is inserted in the production capitalism system and it is also view at the same level of any service or merchandise production. In order to understand this process it is necessary to take in account the dynamics of different patterns of capital accumulation in the economic development. These patterns determine the different aims to be reached in the school. In this way, during the restructure of capitalism the adoption of new business management was necessary. And so, the capitalist expropriate mainly the workers' intelligence, initiative, solving-problems and organizational abilities on the labour process. In this new scene, the form of knowledge production and distribution changed. As a result, the role of school and education system changed to adapt to the new needs of labour market.

Key words: Capitalism - class struggle; forms of management; education and school

¹ Texto produzido a partir de Conferência proferida no FÓRUM NACIONAL DE PEDAGOGIA em 12 de julho de 2004 - Belo Horizonte.

² Professor Emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.



É insuficiente descrever ou simplesmente explicar o que se passa com a educação e a escola nos tempos atuais. Ambas, a educação e a escola constituem uma das condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho. Para o processo social em que configura a educação e para a instituição escolar convergem as profundas contradições do mundo contemporâneo. Conseqüentemente para a análise dessa questão faz-se necessário compreender os processos econômicos, sociais e políticos que determinam os processos educativos e escolares.

A relação existente entre os processos econômicos e os processos educacionais, de modo geral, não é de forma alguma linear, de tipo causa-efeito. O que ocorre, na verdade, é uma relação de causalidade complexa no qual o determinante marca apenas a amplitude das possibilidades de ação do determinado, não a sua forma de realização. Ou seja, o determinante não é causa de uma cadeia preestabelecida de efeitos; apenas marca a amplitude possível desses efeitos, o seu caráter geral, inelutável, não o seu resultado. A imprevisibilidade da sua forma de realização decorrem da possibilidade oferecida por este modelo de causalidade complexa de se pensar o comportamento humano simultaneamente como determinado e com ação sobre o determinante.

A compreensão desses processos implica não só considerar a dinâmica dos diferentes padrões de acumulação de capital que presidem o desenvolvimento econômico, como também as transformações profundas e sem precedentes pelas quais vem passando o capitalismo desde o final da década de sessenta. E nesse movimento, paulatinamente, ele vem se reestruturando.

Assumindo, portanto, o ponto de vista de que a análise da educação e da escola deve ser feita no interior das condições gerais de produção, constata-se que a formação do trabalhador não só é inserida, desde o início, no sistema capitalista de produção como também encarada no mesmo nível de produção de qualquer bem ou serviço.

Assim, em termos históricos e em linhas muito gerais, verifica-se que, num primeiro estágio de desenvolvimento do capitalismo, a educação tinha por objetivo primeiro contribuir para a submissão da força de trabalho no lugar de proporcionar aptidões específicas. Assim sendo, objetivos como adaptação às novas formas de trabalho manufatureiras, aquisição de hábitos e de disciplina sobrepujavam a aptidão específica. A ênfase nesses objetivos permitiu a Adam Smith afirmar que os trabalhadores aprendiam a trabalhar no próprio local de trabalho e, por isso, a instrução lhes poderia ser fornecida em doses homeopáticas.

Já no período caracterizado como período de acumulação de capital de tipo taylorista, final do século XIX e começo do século XX, observam-se novas demandas à formação dos trabalhadores. Nesse período, milhões e milhões de camponeses eram obrigados a abandonar suas terras de origem e dirigirem-se aos centros urbanos à procura de emprego. Tais camponeses, sem experiência das atividades industriais e vistos como incapazes de compreender mais do que uma operação específica de trabalho, deveriam, de forma rápida, se habituar aos ritmos da indústria, aprender a trabalhar com máquinas e integrar-se à disciplina da empresa. Estruturavam-se os cargos, procurava-se o indivíduo certo para o desempenho de cada função. Daí derivavam-se os sistemas de treinamento e de remuneração.

Como se vê, o taylorismo/fordismo constituía uma técnica de gestão perfeitamente adequada à forma de acumulação de capital então vigente nesse período. Criava-se uma situação em que a organização do processo de trabalho se pautava por uma estratégia de comando/controle cujas partes se integravam de forma hierárquica e cada agente conhecia apenas o âmbito imediato de seu trabalho. Nessa pirâmide hierárquica, rígida, com marcante separação entre quem pensa e quem faz, os gestores do processo de trabalho concebiam, de forma prévia, como se deveriam executar as operações necessárias a cada posto de trabalho. Aos supervisores e capatazes cabiam zelar pelo bom andamento dessas operações e aos trabalhadores, executar. Compartimentados e enclausurados, os trabalhadores eram privados de qualquer iniciativa e explorados em sua atividade muscular.

O trabalho executado em tal situação exige dos trabalhadores demasiado esforço físico e habilidade manual bem desenvolvida. Assim, nesse período, predomina a exploração do



componente manual da capacidade de trabalho. E condizente com essa forma de organização do processo de trabalho e com esse patamar tecnológico, seria considerado qualificado aquele trabalhador capaz de realizar as tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. E, em termos de escolarização, seria suficiente saber ler, escrever e contar.

O Brasil, neste aspecto, pode ser considerado exemplo impar: a baixa escolaridade de sua força de trabalho - dados de 1981 mostravam que a média de anos de estudo da População em Idade Ativa (PIA) era de 3,89 anos de escolaridade - não foi obstáculo para o grande crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1930 e 1980³.

Ressalte-se, entretanto, que o capitalismo consiste numa relação social globalizada, funcionando de forma coordenada como um sistema econômico integrado. Essa integração, fundamentalmente diversificada, resulta da articulação entre as unidades produtivas particularmente consideradas e as condições gerais de produção⁴. Ora, nesse período o papel principal de constituição das condições gerais de produção, bem como da integração do sistema econômico, cabia ao Estado. O crescimento econômico fundado em um sistema rígido de produção, baseado nas grandes escalas materiais de produção, com uso concentrado de máquinas, e com a concorrência predominando no mercado, via preços, exigia que o Estado ocupasse aquele papel principal de articulador e integrador das Condições Gerais de Produção (CGP) e Unidades de Produção Particularizadas (UPP).

Não é por outro motivo que a concentração dos poderes políticos e econômicos no Estado, nessa época, permitiu a ele ser o principal responsável pela formulação e implementação de políticas educacionais.

Entretanto, a partir dos últimos anos da década de 1950 e até o começo dos anos 80, acirram-se as lutas de classes uma vez que os trabalhadores desencadearam uma ofensiva verdadeiramente inovadora em diferentes países do mundo. Assim, em 1953, a insurreição operária de Berlim tinha, entre seus alvos, os organismos sindicais. Os movimentos grevistas do final dos anos 50, no Japão, caminharam na mesma direção. Importantes revoltas de trabalhadores surgiram na Polônia em 1956 e, posteriormente, em 1970, com a instituição de diferentes comissões de fábricas. Os conselhos operários húngaros de 1956 só foram liquidados pelas tropas soviéticas. Extraordinária difusão desses processos revolucionários alastrou-se pela Espanha, Grã-Bretanha, Itália, Estados Unidos, Canadá, Portugal, entre outros, culminando-se, em termos mais profundos e radicais, na China, com a Revolução Cultural de 1966. Movimentos dessa natureza também ocorreram em vários países da América do Sul, particularmente no Brasil.

Uma característica marcante desses movimentos era que os próprios trabalhadores passaram a conduzir as suas lutas, fora das instituições sindicais e, muitas vezes, contra elas. Eles próprios, em assembleias gerais ou mediante comissões especiais e constituídas *ad hoc*, decidiam o encaminhamento das lutas. As Comissões de Fábricas, resultantes das lutas dos trabalhadores, geralmente são constituídas por eleição e por voto secreto em assembleia composta pelo conjunto dos trabalhadores de uma determinada empresa.

Esses movimentos inovaram não apenas por oferecer resistência à organização capitalista do trabalho mas, sobretudo, por propor uma nova forma de organizar a produção e a sociedade. Nas palavras de Maroni,

[...] a luta operária na fábrica desenvolveu-se a partir da resistência difusa à organização do processo de trabalho quanto à possibilidade de estabelecer a comunicação horizontal e, portanto, contrapor-se à vigilância e ao controle que as chefias exercem via poder disciplinar, quanto ao conhecimento do próprio processo de trabalho de cada setor da fábrica em relação à possibilidade de algum controle do ritmo de trabalho etc. As comissões de fábricas materializaram

³ Disponível em <http://www.mct.gov.br/estat/ascavpp/default.htm>

⁴ Para a compreensão dos conceitos de Unidades de Produção Particularizadas (UPP) e Condições Gerais de Produção (CGP), consultar Bernardo, João. *Economia dos Conflitos Sociais*, São Paulo: Cortez Editora, 1991.

essa resistência à medida que se recusaram a reproduzir a estrutura fabril, expressando em sua organização mesma a resistência àquela estrutura⁵.

De forma prática, os trabalhadores demonstraram que não eram incapazes de compreender apenas uma operação de trabalho tal como supunha o taylorismo; ao contrário, mostravam a sua capacidade organizacional, de inteligência e de iniciativa. Naquelas experiências extremas em que os trabalhadores foram obrigados a ocupar a fábrica e a tomar conta dela no intuito de manter as suas atividades, conseguiram reestruturar os sistemas produtivos acordes com os tipos de relações sociais surgidas de suas práticas de lutas: relações coletivas, igualitárias, solidárias e com participação ativa de todos⁶. E foi justamente essa capacidade de auto-organização demonstrada pelos trabalhadores que perturbou, de um lado, o funcionamento do capitalismo no início dos anos 70, e, de outro, contribuiu decisivamente para a reestruturação desse mesmo capitalismo.

Mas foi justamente a partir da degenerescência das lutas autônomas dos trabalhadores que os capitalistas passaram a aproveitar os benefícios, fruto da capacidade de trabalho demonstrada por esses trabalhadores e reestruturaram o capitalismo então em crise. Aproveitaram não apenas a competência organizativa dos trabalhadores, mas, sobretudo, a inteligência, iniciativa e capacidade de raciocinar deles no processo de trabalho. Daí o surgimento de novos processos de gestão, de novas tecnologias como materialização das novas relações sociais, oriundas desses conflitos.

Assim, a partir dos anos 70, mudam-se os parâmetros de integração e coordenação do sistema capitalista. Mudam-se as formas de acumulação de capital, e transformações sem precedentes passam a ocorrer nos campos econômicos, sociais, políticos, educacionais, culturais, enfim, em toda vida social.

Hoje, pode-se afirmar que o capitalismo se converteu na totalidade da economia mundial. As formas pré-capitalistas de produção têm pouco a pouco sido liquidadas ou assimiladas. Expandem-se os processos produtivos capitalistas para todas as partes do mundo. O capitalismo se torna globalizado. Acentua-se o processo de proletarianização. Pequenos proprietários, profissionais liberais, prestadores de serviços ou mesmos trabalhadores que até então exerciam atividades exteriores ao capitalismo, e, independentemente de gênero, integram-se na voragem da proletarianização.

Nessas circunstâncias, altera-se radicalmente a divisão internacional do trabalho que, cada vez mais, vai deixando de se referir aos quadros nacionais e passa-se a operar no âmbito das grandes empresas. O capital torna-se global, aquelas companhias tornam-se transnacionais. Os grandes movimentos econômicos mundiais ocorrem, hoje, nas relações entre as companhias transnacionais, ou então, no interior dessas companhias entre suas diferentes filiais.

Dados do *Institute for Police Studies*, de Washington mostram que se compararmos as vendas anuais das maiores companhias do mundo com o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países observar-se-á que as vendas das duzentas maiores empresas têm crescido de forma mais rápida apresentando uma taxa superior ao total da atividade econômica global. Se em 1983 as vendas de todas as maiores duzentas companhias do mundo equivaliam a 25.0% da soma dos PIB dos países do mundo, para 1999 este percentual já atingia a 27.5%. O montante desse valor, excetuando-se os dez maiores países do mundo, é, de uma parte, superior à soma dos PIBs dos restantes países do Planeta e, de outra parte, dezoito vezes o tamanho da soma da renda anual de mais de 1.200.000.000 de pessoas, ou seja, de aproximadamente ¼ da população mundial. Detalhando esses dados, por empresas e países, verifica-se que o total de vendas da General Motors é maior que o PIB da Dinamarca; que o da DaimlerChrysler é maior que o da Polônia; que a da Royal Dutch/Shell é maior que o da

⁵ Maroni, Amnérís. A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo, Brasiliense, 1982

⁶ Para a análise desses movimentos sociais em diferentes países bem como suas implicações no campo da educação, consultar Santos, Oder. Pedagogia dos Conflitos Sociais. Campinas, SP: Papirus, 1992.



Venezuela; que o da IBM é maior que o da Singapura; e o da Sony é maior que o do Paquistão⁷.

Essas transformações decisivas dizem respeito, fundamentalmente, à concentração do capital. A década de 90 foi particularmente espetacular a esse respeito: presenciou um processo de fusões e aquisições empresárias sem precedentes em termos de quantidade e valores⁸.

Em decorrência desse processo, as companhias transnacionais passaram a ter uma capacidade de acumulação e de transferência de recursos financeiros descomunal. O grau de concentração e de centralização de capital alcançado por elas permitiu-lhes que se inter-relacionassem diretamente e assumissem as Condições Gerais de Produção, sem necessidade da intervenção do Estado. Nessas circunstâncias, a cena política foi substancialmente alterada.

Assim sendo, a globalização do capital atingiu um quantitativo tal que, qualitativamente, mudou-se de estágio: transnacionalizou-se. Diante desse contexto, as companhias transnacionais, hoje, ultrapassam os países, não respeitam fronteiras. Os governos nacionais, então, passaram a ter dificuldades em manter os mecanismos de controle sobre suas economias internas. É colocado em causa, e cada vez mais, a possibilidade de qualquer governo conduzir uma política monetária própria. As companhias transnacionais passaram a ser, elas mesmas, um poder.

Não é por outro motivo que João Bernardo, ao analisar a problemática do poder, assinala que o nível do político é o Estado, visto como aparelho de poder das classes capitalistas. No entanto, no ponto de vista das classes trabalhadoras, esse aparelho deve incluir as empresas. Isso porque, no interior de cada empresa, os capitalistas gestores têm o poder de organizar o processo produtivo, organizar a força de trabalho e impor uma disciplina. Os gestores passam a ser legisladores, superintendem as decisões tomadas, são juizes das infrações cometidas. "A esse aparelho, tão lato quanto o são as classes dominantes, chamo Estado Amplo"⁹. Já para os poderes classicamente definidos – executivo, legislativo e judiciário – vistos apenas sob o estrito ponto de vista das relações entre capitalistas, Bernardo denomina Estado Restrito. Assim, o Estado globalmente considerado resulta da articulação entre o Estado Restrito e o Estado Amplo.

Como o processo econômico global passou a ser direta e hegemonicamente coordenado pelas grandes companhias transnacionais, pode-se afirmar que o Estado Amplo é hoje o aparelho decisivo de poder.

Com efeito, esgotou-se o modelo clássico de Estado. Nessa nova superestrutura política, em que se articulam vários pólos representados pelas grandes empresas, os determinantes básicos do poder não estão necessariamente no governo – Estado Restrito – e, por conseguinte, não mudam com as eleições.

Ora, nessa nova forma de acumulação de capital aumenta-se a integração dos vários processos produtivos. Desse modo, acirra-se a concorrência entre capitalistas no interior do próprio processo produtivo, e apenas secundariamente, no mercado. Em consequência disso, intensifica-se a concorrência intercapitalista e agrava a desigualdade na repartição da mais-valia. Como

a concorrência na produção é uma das facetas dos mecanismos gerais da produtividade e, assim, o agravamento da desigualdade na repartição da mais-valia constitui um dos elementos daquele complexo de efeitos que inclui o reforço da integração econômica e a crescente concentração do capital, o prevailecimento do Estado Amplo, a hegemonia social dos gestores. Quanto maior é a concentração de capital, tanto mais plena e intensamente as grandes empresas resultantes desse movimento podem beneficiar-se dos efeitos tecnológicos das Condições Gerais de Produção com que se relacionam¹⁰.

⁷ Anderson, Sarah and Cavanagh, John. Top 200 – The rise of Corporate Global Power, Institute for Policy Studies, <http://www.ips-dc.org/downloads/Top.200.pdf>

⁸ Ver The Economist January 9th 1999 and The Economist January 27th 2001

⁹ Bernardo, João. Op. cit. p. 162.

¹⁰ Bernardo, João. P. cit. p. 232.



A intensificação da concorrência força o aumento dos processos de concentração de capital e reduz o número de empresas das principais cadeias de produção a apenas um conjunto restrito de empresas líderes mundiais¹¹. São elas que decidem o quê, como, quando, quanto e onde produzir os bens e serviços a serem consumidos no interior das sociedades contemporâneas. Poder-se-ia perguntar qual o critério norteador de tais escolhas. A resposta, contudo, não decorre de nenhuma aprecação moral nem reside na esfera dos desejos. O critério adotado é o da produtividade. É bem verdade que há diversos critérios de produtividade para atender aos diversos objetivos da produção e às formas como ela se realiza. Mas o critério determinante é o de produzir consoantes as exigências da produtividade capitalista pois são os capitalistas que administram o processo produtivo. São, portanto, as relações sociais entre as classes constitutivas do modo de produção capitalista que determinam o tipo de tecnologia a ser empregado e está, por sua vez, determina o tipo de trabalho a ser realizado.

Assim, no capitalismo, o processo de trabalho possui um significado preciso: significa processo de valorização. Para a consecução desse objetivo fulcral, revolucionam-se as técnicas e a organização social do processo de trabalho.

Para o revolucionamento das técnicas, torna-se necessário o controle do conhecimento científico uma vez que, no capitalismo, o conhecimento passa a ter valor econômico e estratégico. Nesse processo, ele próprio, o conhecimento, transforma-se em mercadoria. Assim sendo, para atender às demandas do capital, cada vez mais, cresce o interesse das grandes companhias em termos de domínio das investigações. Caminha-se, assim, para uma situação em que o poder de decisão sobre o quê, o como, para quem produzir conhecimento ou divulgá-lo estará sempre limitado pela natureza e fins da empresa¹².

Diante desse fenômeno, a problemática da circulação ou distribuição do conhecimento adquire as mesmas características das mercadorias. Os mercados segmentam-se e se diferenciam. Conseqüentemente, o acesso ao conhecimento passa a ser diferenciado e hierarquizado. Não há como imaginar que no capitalismo atual caberia ao sistema escolar "transmitir a todos os conhecimentos acumulados pela humanidade" tal como pugnava um bordão muito em voga na área da educação.

Diante disso, a análise do acesso ao conhecimento deverá ser conduzida a partir de patamares diferenciados e hierarquizados entre si e, também hierarquizados no interior de cada um deles. A propósito, segue-se, aqui, um modelo cujos patamares devam referir-se:

- aos conhecimentos que possuem valores estratégicos, tanto militares como empresariais e de grande valor econômico, portanto acessíveis somente às camadas mais altas das classes dos gestores;
- aos conhecimentos extremamente dispendiosos, somente acessíveis àqueles que têm recursos financeiros suficientes para adquiri-los;
- aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos destinados à classe dos gestores pelas escolas conhecidas e reconhecidas como de qualidade superior ou média, bem como as informações disponíveis na internet;

¹¹ Talvez um bom exemplo de empresas líderes mundiais hoje pelo inusitado de seu comportamento seja a Wal-Mart. É hoje a maior varejista do mundo, possui mais de 3.500 lojas espalhadas em 11 países do mundo (e líder em três deles). É o maior empregador privado do planeta (1.600.000 empregados) e tem o maior faturamento do planeta (US\$ 256 bilhões em 2003). Tem, como estratégia empresarial, combater a sindicalização, pagar salários menores que as concorrentes e pressiona os seus fornecedores para reduzir preços. Responsável por 10% das exportações da China, está sendo considerada como destruidora de manufaturas nos Estados Unidos. É rejeitada em várias localidades americanas. A propósito, consultar *The Economist*, abril-maio 2004 e http://www.terra.com.br/istoedinheiro/347/negocios/347_wal_mart.htm.

¹² É interessante observar que recente editorial da Folha de São Paulo, denominado Pesquisa Transparente informa que alguns dos mais importantes periódicos da área médica decidiram demandar da indústria farmacêutica registrando, num banco de dados público, todas as pesquisas relativas a medicamentos, pois é crescente a impressão de que os laboratórios só tornam públicos os resultados que lhes interessam, escondendo o que possa prejudicar suas vendas. Folha de São Paulo, 21/06/2004. Consulte, ainda, sobre essa mesma problemática, o artigo citado a seguir, que mostra o envolvimento da segunda maior empresa farmacêutica do mundo, a GlaxoSmithKline (GSK), por ter escondido resultados de experimentações clínicas com antidepressivo administrado para crianças. Trata-se do Paxil que, além de ser ineficiente poderia provocar pensamentos suicidas. *The Economist*, June 19th 2004 p.62.



-aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos apresentados por escolas conceitualmente destinadas às classes dos trabalhadores e reconhecidas pela qualidade de ensino inferior¹³.

Já para a organização do processo de trabalho, a reorganização capitalista assumiu a forma de recuperação e aproveitamento das capacidades demonstradas pelos trabalhadores em seus processos de lutas como se citou anteriormente. Nesse processo conseguiram inaugurar outro patamar de complexidade do trabalho passando a explorar as aptidões intelectuais dos trabalhadores.

Assim, especialmente a partir dos anos 70, constata-se uma mudança radical na forma de organização produtiva. A forma organizacional rígida, hierarquizada e verticalmente integrada dá lugar a sistemas flexíveis de produção integradas horizontalmente. Exigem-se, cada vez mais, tecnologias que garantam a eficiência das comunicações bem como a redução de seus custos. Alteram-se as questões de tempo e espaço. Grandes empresas, agora, podem concentrar-se em suas atividades nucleares e adquirir o que necessitam via subcontratações ou terceirizações de pequenas e médias empresas mantendo-as subordinadas às suas decisões estratégicas. *Just in time* permite deslocar a questão do tamanho para a do tempo; informatização permite quebrar as paredes e as fronteiras sem alterar o compartilhamento dos mesmos fluxos de informação que passam a serem integrados pelos softwares de gestão.

Diante de sistemas flexíveis de produção, de novas e variadas formas de organização dos processos de trabalho, o constante são as mudanças. Mudam-se não apenas os projetos, as técnicas e os métodos para desenvolvimento de um produto, mas também, os processos de fabrico. O importante é a existência de um sistema aberto às inovações decorrentes do acirramento da concorrência na produção.

Nessas circunstâncias, altera-se, ainda, o tipo de qualificação a ser exigida dos trabalhadores. São eles que executam os raciocínios e os gestos necessários à produção de determinado bem ou serviço. Para tanto, têm de possuir certa formação. Têm de responder, de maneira adequada, às exigências das tecnologias capitalistas, ou seja, têm de ser qualificados. Como são os capitalistas que controlam o processo de produção, são eles também que definem a qualificação dos trabalhadores.

Mudaram-se as formas de acumulação de capital; mudaram-se os parâmetros de integração e coordenação do sistema econômico; mudaram-se ainda, as formas de exploração e controle da força de trabalho. Diante desse quadro, exige-se, hoje, um novo tipo de trabalhador: um trabalhador que suporte os aumentos da intensidade do trabalho (realizar em maior quantidade as mesmas operações na mesma jornada de trabalho) e aumente a sua qualificação (realizar operações de novo tipo que exijam maior destreza ou mais raciocínio) uma vez que a produtividade repousa, cada vez mais, na utilização do trabalho complexo.

Com efeito, de modo geral, pode-se dizer que os requisitos básicos para a formação do trabalhador devam apresentar, entre outras, as seguintes características:

- Formação geral que sirva de base para as atividades específicas. A variação do número de atividades específicas hoje é de tal magnitude e a obsolescência e o aparecimento de novas atividades é tão grande que se torna impossível uma preparação muito específica. Esse processo tende, então, a provocar a desvalorização de certas profissões ou ocupações tradicionais obrigando os cursos a refazerem seus currículos e ajustarem as novas demandas;
- Flexibilidade mental. Diz respeito à exigência cada vez maior de trabalho complexo – maior intensidade e qualificação – tem sua resposta na *polivalência* - capacidade de exercer várias funções diferentes. Evitam-se a rotina única e os males do esforço repetitivo e crescem-se os ganhos de produtividade. Além do mais, necessita-se de maior flexibilidade mental para aceitar os novos tipos de emprego, o desemprego, a

¹³ Santos, Oder. Fundamentos da Relação Trabalho e Educação. Trabalho & Educação. NETE – FAE/UFMG jul/dez 2001, n. 9.



terceirização, o auto-emprego. Ou, empregando-se o neologismo, é necessário que o trabalhador aceite a *empregabilidade* - condições de suportar as constantes mudanças do mundo do trabalho adaptando-se para nele permanecer.

Entrar numa empresa de calças curta e só sair dela quando chega a aposentadoria é definitivamente uma idéia do passado. Daqui para a frente, os empregados terão cada vez menos chance de estabilidade, benefícios por tempo de serviço e promoções por fidelidade... é mais importante ter empregabilidade do que emprego. Explica-se: empregabilidade é a condição de ser empregável a qualquer momento¹⁴;

• Novas forças psíquicas. O aumento da concorrência intercapitalista inevitavelmente acarreta a necessidade de se criar condições para suportar e enfrentar o aumento da *concorrência na obtenção/manutenção* de emprego. Se por um lado, observa-se que a concorrência para se obter um emprego tem exigido aumento de escolaridade, por outro, também verifica-se que o título formal perde o seu valor. A exigência de grau de escolaridade mais elevado decorre da necessidade de reduzir o número de pretendentes a um determinado posto de trabalho, enquanto a perda de valor do título formal se prende à necessidade de comprovar, cotidianamente, o saber fazer, de demonstrar *competência*. Por outro lado, o trabalhador deve possuir condições psíquicas para suportar as novas formas de *controle*. A cada forma organizacional, correspondem determinados mecanismos de controle para solucionar os conflitos sociais. Assim, no momento atual, as organizações voltam-se para a exploração da capacidade intelectual do trabalhador. Os mecanismos de controle modificaram-se. Poder-se-ia afirmar que, hoje, preocupam, especialmente, em obter a cooperação dos trabalhadores, incentivando-os à maior liberdade de ações e à participação na vida da empresa. Tudo isso em prol dos objetivos da organização. Mas a decisão dos fins a serem alcançados é centralizada e tomada pelos gestores. Entretanto é importante que se acentue a participação dos trabalhadores para reforçá-la. Surge, então, a autofiscalização - um ideal a ser conseguido para reduzir os custos de vigilância. Desse modo os mecanismos de controle passam a visar à vida psíquica;

• Novos tipos de virtudes e disposições. O aproveitamento da capacidade intelectual do trabalhador não terá poder se concretizar se não se criarem as condições necessárias à extração das suas potencialidades. Diferentemente do sistema taylorista/fordista em que os trabalhadores estavam compartimentados, enclausurados e privados de qualquer iniciativa, agora, o que se pretende é criar novos tipos de relacionamento interpessoal com o intuito de aumentar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho. Ser capaz de trabalhar em equipe, saber relacionar-se com os outros, participar, expressar-se, propor soluções e oferecer sugestões passam a ser virtudes e disposições fundamentais à nova organização do processo de trabalho.

Com efeito, estas novas formas tecnológicas e organizacionais consubstanciam o capitalismo atual e delimitam um novo quadro de condicionamento geral. Delas decorre o determinante básico das novas formas de relacionamento social, das novas formas de produção de trabalhadores e capitalistas, bem como das novas formas de inserções no mercado. Decorre, ainda, desse determinante geral, o aparecimento ou a atribuição de novos sentidos ou significados aos valores, categorias, conceitos, princípios e parâmetros que passam a nortear as práticas sociais obrigando-as a tomarem, como referência, o critério de produtividade capitalista.

Assim se estrutura o campo básico da educação como processo social. O vivenciar dessas novas formas de relacionamento social e dessas novas significações constitui uma forma de aprendizado. Aprende-se, agora, na vivência das relações sociais, experimentando-as e sendo partícipe delas. Exemplos marcantes desse aprendizado podem ser observados não apenas nas novas formas de se valorizar um *estado mínimo*, de deificação e personalização

¹⁴ Dunninghan, Andréa. Emprego estável é coisa do passado. O Globo, Rio de Janeiro, 16/07/1965 p.57, Economia.



do mercado como entidade capaz de ordenar o todo social, mas também, na preparação dos jovens mediante atividades lúdicas, como os jogos eletrônicos. Dessa forma, eles são preparados, antes mesmo do processo escolar, para lidar com o mundo informatizado.

É, pois, no interior desse quadro condicionante em que se estruturam as instituições sociais e, em particular, a escola. A sua existência, a sua forma de se organizar e os seus papéis passam a ser determinados pelas atuais relações sociais capitalistas.

Ora, como já foi dito, a escola não pode mais ser negligenciada. Avulta-se a sua responsabilidade na produção dos novos trabalhadores. No quadro atual, faz-se necessário que ela forneça certo tipo de competências, habilidades, disposições e virtudes cujo aprendizado deve ser realizado previamente à inserção no mercado de trabalho. E para atingir esses objetivos, passa a ser fundamental que os alunos permaneçam mais tempo no interior dos sistemas escolares.*

Nessas circunstâncias, o processo de mercantilização atinge não só o conhecimento mas também a escola. Como conseqüência, e tal como em outras esferas do social, o Estado vê o seu campo de atuação sendo restringido pela atuação do Estado Amplo. As empresas passaram, como já foi dito, a criar, elas próprias, as condições gerais de produção. Os denominados processos de privatização nada mais são em última análise, que a absorção, por parte das grandes empresas, das instituições econômicas, administrativas, políticas, educativas ou de saúde, surgidas no âmbito governamental.

Assim sendo, as empresas não poderiam ficar alheias às questões da preparação dos futuros trabalhadores. De todas as Condições Gerais de Produção, as mais importantes são as que se referem à produção e à reprodução da força de trabalho. Logo começa a ocorrer um deslocamento do âmbito das políticas públicas, voltadas para a consecução desses objetivos, para o âmbito das políticas de gerenciamento empresarial. O Estado Restrito ainda permanece como o principal responsável pela implementação das políticas públicas, mas elas passam a ser estabelecidas, direcionadas e articuladas segundo os interesses do Estado Amplo.

Em um primeiro momento, as empresas passam a ter interesse especial nesse negócio de grandes dimensões. Grupos empresariais mais dinâmicos aproveitam desse novo filão, isoladamente ou mediante *joint venture* com empresas transnacionais, no intuito de realizar bons e lucrativos negócios. A concorrência nesse campo tem aumentado em tais proporções que a Organização Mundial do Comércio decidiu incluir a educação como um dos doze setores de serviços capitulados no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATT). O comércio internacional dessa nova *commodity* passou a ser de interesse da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e Cultura (Unesco) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essas instituições realizaram, em Paris, uma reunião com o objetivo de estabelecer diretrizes para orientar os governos acerca da educação transnacional, hoje oferecida e exportada por diversos países, e solicitada e importada por muitos outros. A preocupação desses órgãos é o estabelecimento não só de diretrizes para o credenciamento de instituições e cursos que garantam confiabilidade como também de promoção de conceitos internacionais de qualidade. Acredita-se que existam 150 fábricas de diplomas funcionando livremente no mercado internacional¹⁵.

Mas a ação mais determinante do Estado Amplo sobre o sistema de ensino diz respeito aos determinantes gerenciais. Os parâmetros surgidos na esfera da produção estendem-se, agora, aos sistemas escolares. As escolas passam, então, a ser obrigadas a adotar os mesmos instrumentos de trabalho e os mesmos métodos organizacionais. Os critérios de organização administrativa têm de se ajustar aos preceitos do que é hoje denominado eficiência, competência ou produtividade. Somente com a adoção dessa lógica organizacional, independentemente de serem públicos ou privados, é que os sistemas escolares poderão se adequar às exigências do mercado de trabalho.

¹⁵ Pacheco, Eliezer e Ristoff, Dilvo. http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/educacao_entre_o_bem_publico.htm

Ora, se a dinâmica econômica caminhou para a ruptura das organizações verticalmente integradas e hierárquicas, provocando o aparecimento de sistemas flexíveis de produção e organização, os seus efeitos imediatamente se fizeram sentir nos sistemas escolares. Garantindo-se, pois, a centralização das decisões, pode-se, agora, descentralizar as ações, ampliando a *autonomia* administrativa, financeira e pedagógica das unidades escolares. Esta é a lógica básica, esta é a nova ordem da racionalidade – o fim já está definido, os meios para consegui-lo podem ser de livre escolha, decididos localmente. A melhor forma de se atingir o objetivo, o melhor processo a ser adotado, as decisões referentes a financiamento e administração devem ser da responsabilidade de todos. Todos devem participar do processo e oferecer sugestões. Não se deve desprezar os conhecimentos dos trabalhadores de ensino, dos pais dos alunos e, quem sabe, dos próprios alunos.

Torna-se, ainda, necessário reestruturar os processos didático-pedagógicos. Não há mais lugar para a prática pedagógica impositiva, hierárquica e vertical. Vale lembrar que, agora, o aluno deve ser visto como sujeito, como ator reflexivo. Para tanto deve-se prepará-lo para que seja capaz de se expressar, de dar opiniões, de participar das atividades. É necessário que ele seja criativo, aprenda trabalhar em grupo, tenha iniciativas, saiba enfrentar problemas e seja capaz de sugerir alternativas para solucionar-los. E, de preferência, que aprenda a aprender¹⁶.

A adoção desses procedimentos organizacionais, dessas formas de racionalização e desses procedimentos didático-pedagógicos permitem a formação do novo trabalhador. O novo momento exige um trabalhador qualificado. Exige um trabalhador que, além de saber ler, escrever e contar, deve saber também, se expressar, assimilar novas tecnologias, especialmente as do mundo informatizado, e, sobretudo, trabalhar em equipe para responderem às exigências da nova economia globalizada e competitiva.

Mais importante ainda para essa lógica organizacional é garantir que esses objetivos sejam alcançados. Portanto há de se averiguar até que ponto cada unidade escolar atinge os objetivos acadêmicos que dela se esperam. Pois só assim poder-se-ia aquilatar se os jovens que ingressam no mercado de trabalho possuem as competências básicas, demandadas pela tecnologia capitalista. Em decorrência de tais objetivos, e acordes com essa lógica, recomenda-se que adote uma *avaliação externa*. As avaliações realizadas no interior da escola não satisfazem essas novas exigências. Além do mais, elas podem apresentar, de um lado, certo viés virtude de interesses particulares, e, de outro lado, os seus resultados não permitem análises comparativas. O importante é o controle dos resultados, e não dos procedimentos.

Por conseguinte, para se obter uma avaliação consistente e adequada a essa lógica, faz-se necessário o estabelecimento de padrões básicos, exige-se a fixação de conteúdos mínimos e de *testes padronizados*, aplicados de forma sistemática. A partir da adoção dos testes padronizados, poder-se-á medir o desempenho dos alunos, dos professores, da escola. Por esses testes poderão, ainda, ser aferidos/revisados os planos de qualificação profissional; poderão orientar o orçamento escolar e os salários dos professores; poderão sobretudo, determinar, de forma comparativa, a eficiência ou a produtividade de cada escola. Somente essa avaliação externa é que garante os mecanismos de controle desse tipo de racionalidade. A racionalidade das diferenças, das hierarquias e da valorização da concorrência.

Como o capitalismo tornou-se global, especialmente a partir dos anos 90, proliferam-se, hoje, as avaliações internacionais. Entre elas sobressaem-se: o Trends in International Mathematics and Science Study (TIMMS); o Progress in International Reading Literacy Study (PIRLS); e o Program for International Student Assessment (PISA), do qual o Brasil participou pela primeira vez no ano 2000.

Em virtude disso, se a organização capitalista do processo de trabalho tem como objetivo básico impedir que os trabalhadores tenham o controle do seu próprio trabalho, com a

¹⁶ A nosso ver a Lei n. 9.394, de 1996, a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases – é a mais permissiva no que diz respeito às características de descentralização administrativa. Além disso, é a que apresenta maior flexibilidade na escolha de diferentes procedimentos sendo, portanto, adequada às novas necessidades do capitalismo atual.



padronização decorrente dos processos da avaliação externa esse objetivo se aproxima do seu ponto culminante. Haja vista que, com essa forma de avaliação, se torna possível equiparar, do ponto de vista quantitativo, trabalhos qualitativamente diferentes. Assim, se como já dito, o professor suporta a intensificação do trabalho que lhe é imposta pelas exigências das novas formas de organização do processo do trabalho, e, ainda, pela mesma razão, busca, em períodos destinados ao descanso, aumento de qualificação. Assim as provas destinadas a avaliar os conhecimentos dos alunos adquirem uma nova função: avaliar também o desempenho do próprio professor. Como essas avaliações podem determinar a posição e o prestígio de cada escola no *ranking* do sistema escolar, bem como o orçamento e o salário de seus professores, elas poderão determinar, ainda, os limites das práticas pedagógicas. Nesse caso, os professores verão a sua prática pedagógica reduzida ao preparo de seus alunos às exigências dos testes padronizados. E como a alocação de recursos para a educação passa a ser regida pelos mecanismos do mercado, o resultado será, inevitavelmente, o aumento das desigualdades.

Em suma, tal como em outras esferas do social, principia-se, hoje, o período da educação transnacional, com possibilidades de alianças ou *joint ventures* e o do estabelecimento de padrões de qualidade internacionais.

Esse novo patamar de desenvolvimento do capitalismo devido a transnacionalização da economia provoca diferentes processos de internacionalizações. Internacionalização dos capitalistas, das mercadorias, dos processos organizacionais, dos processos educacionais, dos currículos, dos padrões culturais, etc. Mas esse fenômeno gera, também, processos antagônicos. Como as classes trabalhadoras se encontram fragmentadas, derrotadas e, diferentemente do que ocorre com as mercadorias e os capitais, que têm garantido a sua livre circulação, elas se encontram divididas e confinadas às fronteiras nacionais. Nessas circunstâncias, os movimentos sociais apresentam-se fragmentados. Diferentes grupos, diferentes tendências, variadas formas de organizações, sejam elas de âmbito locais, regionais, nacionais ou mesmo transnacionais, unificam-se constituindo-se o que se passou a denominar movimentos anti-globalização. Tais movimentos lutam contra o agravamento das condições materiais e sociais decorrentes do que se passou a denominar política neoliberal.

Configura-se, assim, a base social dos conflitos atuais que se têm manifestado sob a forma usual de pares antagônicos: unidade – diversidade; homogeneização – heterogeneidade; universal – local; padronização – diversificação; entre outros.

Talvez, nas proposições desses movimentos, e sobretudo nos ensinamentos dos movimentos autônomos empreendidos pelos trabalhadores nas décadas de 60 e 70, vislumbram-se os princípios e as grandes linhas de um programa concreto: o da redução da democracia representativa pelo aumento da participação direta de todos em todos os setores da vida social. Ora, para se contraporem as formas organizacionais capitalistas, baseadas em relações verticais, competitivas, individualistas e de participação restrita aos meios, há de vivenciar e experimentar formas de organização fundadas não só em relações sociais igualitárias, solidárias, coletivas como também na participação ativa de todos no intuito de se obter o controle do produto e do processo do próprio trabalho. Tais objetivos podem parecer muito distantes. Todavia, outro mundo é possível e necessário.